

João Cabral de Melo Neto

AUTO DO FRADE

1. PERSONAGENS

FREI CANECA;

PROVINCIAL (= padre que dirige os conventos de uma província eclesiástica);

CARCEREIRO;

MEIRINHO (= funcionário da Justiça);

CLERO (= conjunto de padres);

TROPA (= conjunto de militares);

JUSTIÇA (= conjunto de profissionais da área judicial);

OFICIAIS (= militares graduados);

VIGÁRIO GERAL (=padre que auxilia diretamente o bispo e o representa);

CARRASCOS;

SOLDADO;

A GENTE (= as pessoas do povo, anônimas)

2. ENREDO

PRIMEIRA PARTE:

NA CELA - O provincial e o carcereiro, diante da cela na qual estava preso Frei Caneca, comentavam acerca do sono dele. Era hora de acordá-lo para ser morto. No entanto, nem parecia que iria despertar, dava a impressão de já estar falecido. O padre disse que deste sono ele sairia.

SEGUNDA PARTE:

NA PORTA DA CADEIA - Frei Caneca surgiu para sua caminhada rumo à morte. O meirinho anunciou pela primeira vez – anúncio que seria repetido com freqüência no trajeto – ser chegado o momento de executar a sentença de morte do réu pela força.

Os representantes do clero ali presentes observaram que o ritual estava sendo bem cumprido, mas estranharam a ausência do juiz. Para o povo nas calçadas, o condenado tinha a aparência de defunto. Na tropa corria o boato de que o Imperador suspenderia a sentença, porém não se via sinal de navio que traria mensageiro portador de tal ordem. Os membros da Justiça reclamavam do atraso do juiz, incomodados com o forte calor; alguns afirmaram que o magistrado se recusara a vir e que nem o Ouvidor se dispusera a presidir aquela execução. Frei Caneca sentia-se acordado como nunca estivera; no seu entendimento, “acordar é reacordar-se ao que ao nosso redor gira”, não é o despertar puramente físico.

Confirmou-se a notícia: o juiz tinha viajado, não compareceria, fato que causou perplexidade, pois sua pontualidade era conhecida. Provocou também espanto no povo ali reunido a calma do réu. Será que, mesmo condenado, ainda continuava acreditando no mundo que ele quis consertar?

A tropa, sem instruções para se movimentar, não estava gostando de ficar parada como se fossem cavalos – estes, pelo menos, têm quatro patas!

A corda no pescoço do frade era desnecessária no sentido de prendê-lo, servia só para humilhá-lo.

Magoaram-se os padres acompanhantes de terem sido colocados no final da comitiva: “nosso lugar seria à frente!”

TERCEIRA PARTE:

DA CADEIA À IGREJA DO TERÇO - O cortejo que seguia Frei Caneca ao enforcamento mais parecia uma procissão: o governador, bandeiras, padres, ajudantes da Igreja, escritvães, meirinhos, militares... O oficial no comando ordenava que o povo se afastasse do condenado, de quem resumia assim o crime: por ser republicano e separatista, que pretendeu “dar o Norte à gente do Norte”, desobedeceu às ordens de Sua Majestade. Padre existe, acrescentava o militar, a fim de rezar.

Outros militares queixavam-se da lentidão da marcha, da qual o povo participava como que acompanhando um santo, de quem não conseguia aproximar-se. Tinha-se a impressão de ser o desfile de um bispo para celebrar missa solene. Pessoas nas sacadas das casas assistiam curiosas a um verdadeiro espetáculo mais luxuoso do que respeitoso.

Frei Caneca discordou de todo aquele aparato, pois não se tratava de uma procissão e sim de um enterro em que o morto caminhava. Olhando a multidão, viu que conhecia todas as pessoas. O oficial comandante proibiu-o de falar: “Condenado à morte perde a língua”. Temiam as autoridades que o cortejo virasse comício, de vez que o frade era perigoso mesmo quando discursava sobre a natureza. “Passarei a falar em silêncio”, obedeceu ele. Defendendo-o, o provincial discordou do comandante e refutou as acusações deste de que Frei Caneca fazia sermão naquele momento e de que se achava bêbado por estar se expressando em versos na hora de morrer. O padre superior alegou que o frade estava embriagado sim, não de álcool, mas da luz de Recife e tão emocionado que esqueceu a morte.

O acompanhamento evoluía com dificuldade devido à multidão que acorrera. “Parece que todo o Recife veio...” dizia-se. Assistir ao enforcamento do padre considerava-se como participar de uma cerimônia religiosa. Frei Caneca era tido na conta de santo pelo povo e mais admirado que os outros santos porque viveu no meio dele humildemente. Segundo uma crença popular, Nossa Senhora do Carmo havia feito o milagre de livrar um menino de queimadura do sol. Já que o frade condenado pertencia à ordem religiosa a ela dedicada, com certeza também era seu protegido.

Embora soubesse que saíra da cela escura diretamente para a morte, Frei Caneca sentiu em si a intensa vida proporcionada pelo Recife e pelo Nordeste. Jamais teria acreditado que conseguiria edificar ali, com sermões, um mundo tão claro quanto aquela claridade natural da região. Entendia que a aceitação do que pregava nunca seria fácil, “mas o sol me deu a idéia de um mundo claro algum dia”, refletiu enquanto caminhava.

O roteiro do percurso evitou passar diante do pátio do Carmo, que seria o caminho mais curto. Temia-se que os colegas carmelitas do frade saíssem do prédio para seqüestrá-lo. No entanto, o prior (= superior do convento) tinha dado férias aos internos e ficara lá sozinho.

Os oficiais receavam uma rebelião e o disseram ao provincial. Ele ponderou que a intenção do povo que viera não era essa. Retardavam o passo por aguardar um milagre de Nossa Senhora ou o indulto do Imperador. Os moradores das ruas por onde o cortejo passava sentiam-se decepcionados porque, cumprida a determinação de limpar as calçadas, criaram a expectativa de assistirem a alguma procissão e não ao que estavam presenciando, inconformados.

QUARTA PARTE:

NO ADRO DO TERÇO - No pátio da Igreja do Terço, houve uma interrupção. Formou a tropa um círculo, para afastar os populares. Assumiu a palavra o vigário geral, depois de lhe ser entregue a direção do cerimonial, momento de cumprir as normas pertinentes ditadas pelo Direito Canônico (= jurisprudência da Igreja). Então, Frei Caneca foi revestido de todos os paramentos que usavam os padres ao celebrarem missa. O povo julgou que houvera desistência da execução. Pelo contrário, com sua voz fanhosa, que ninguém queria ouvir, o vigário geral explicou que o sacerdote iria passar por um ritual de degradação (= perda de poderes, das funções próprias), porquanto se realizaria a sua excomunhão (= expulsão do sacerdócio e da Igreja). Com uma faca raspavam as mãos do frade – gesto significativo de que elas perdiam naquele instante o dom de abençoar. Ouvindo-se fórmulas pronunciadas em latim, língua oficial da Igreja na época, os presentes viram o padre ser despido das vestes sagradas, as quais, depois de retiradas, recebiam incenso e água benta para serem descontaminadas. Colocaram no excomungado o manto próprio dos condenados. Então, o vigário geral devolveu ao comandante o Frei Caneca, não mais como padre mas como cidadão comum, para ser punido com a pena de morte decretada pela Comissão Militar.

QUINTA PARTE:

DA IGREJA DO TERÇO AO FORTE - Enquanto acompanhavam os passos do cumprimento da sentença, as pessoas faziam comentários a respeito do réu. Caneca era apelido do pai, um tanoeiro (= fabricante ou consertador de barris, pipas, canecas...). Desde menino, estudara no colégio dos padres carmelitas; mais tarde, amadurecido, resolveu ser um deles. Já estivera preso antes por causa de sua postura revolucionária, mas escapara da cadeia juntamente com outros. Alguns fugitivos partiram para o exterior, os demais andavam soltos pelas ruas. Frei Caneca preferira continuar na luta. Atuou na Paraíba e no Ceará, estado no qual novamente o capturaram. Acusavam-no de ser inimigo do Imperador e separatista. Talvez Dom Pedro nem soubesse o que significava isso e pensasse que o condenado fosse ladrão, bandido ou portador de algum vício, característica dos brasileiros. A Comissão Militar o condenou por ele ter feito oposição à nomeação do morgado (= herdeiro) do Cabo, à Constituição imposta pelo rei português e ao envio de uma esquadra ao Recife por falsa ameaça de invasão.

Frei Caneca, de cabelos brancos embora não fosse um velho, continuou a caminhada para a forca instalada no Forte das Cinco Pontas (nome devido à forma de estrela da construção). Sem atitude de desafio ou de indiferença, o frade aparentava estar em um passeio, no qual era esperado por algum estranho. Na Revolução de 1817 haviam-no prendido e o maltrataram; desta vez, em 1825, fisicamente não o molestaram, porém sua humilhação estava sendo maior porque os superiores tiraram-lhe a condição de padre, não lhe perdoaram nem demonstraram a mínima consideração por ele.

Na opinião do povo, o frade orador e jornalista, que não passou de padre-mestre sem chegar a ser bispo, foi um homem realizado, “bem plantado na vida”.

Naquela caminhada final, Frei Caneca teve olhar mais profundo para a realidade do Recife e se perguntou se, no futuro, a situação melhoraria. Temia a morte, entretanto dela se aproximava com alegria.

SEXTA PARTE:

NA PRAÇA DO FORTE - Na praça do Forte só entraram os militares. Além do juiz, também deixou de comparecer ao enforcamento o carrasco, firme na sua decisão de não ser instrumento da morte de um padre. Lá fora o povo conjecturava o porquê de a execução estar demorando. Alguém ficou sabendo e informou a decisão do carrasco que, apesar de ter levado uma surra da polícia, não mudou de opinião.

Surgiu, entre os militares, a idéia de se propor aos prisioneiros que substituíssem o carrasco, em troca de serem libertados. Todos recusaram. Acreditavam na existência de uma Dama de vestido pardo que os castigaria se aceitassem a incumbência. Ninguém se apresentou como voluntário. Um soldado sugeriu que chamassem alguma criança inocente do asilo para manobrar, de olhos vendados, a forca. O comandante achava melhor mudar a sentença de enforcamento para fuzilamento. Os inconvenientes dessa alteração seriam contrariar o regulamento e promover um criminoso desclassificado a criminoso militar.

Frei Caneca, pacientemente, via prolongada por mais três horas a sua execução. Os oficiais discutiam o que poderia ser a melhor alternativa para suprir a falta do carrasco, receosos de uma reação explosiva do povo, incitado pela demora. Um dos rumores que se alastravam entre as pessoas reunidas na praça era que iriam permitir e até facilitar a fuga do frade para atirarem nele. Outro, era que talvez o estivessem torturando. Em vão intercederam por ele os membros do cabido (= conjunto de padres mais respeitáveis, denominados cônegos); a Comissão Militar manteve a sentença de morte.

De repente, ouviu-se a descarga de espingardas: doze soldados formaram o pelotão de fuzilaria que abateu Frei Caneca no interior do Forte, longe dos olhos do povo.

SÉTIMA PARTE:

NO PÁTIO DO CARMO - Pessoas aglomeradas no pátio da Igreja do Carmo comentavam que o pai de Frei Caneca tinha esquecido a oficina naquele dia, passara-o rezando e olhando para o mar, à espera do navio que traria o mensageiro do indulto para o filho. No mar nada viu, mas do Forte ouviu os tiros e entendeu tudo. Então, apagou as velas que acendera para rezar, jogou no lixo as flores que enfeitavam a mesa transformada em altar. Uma por uma das imagens Caneca pôs na janela, quebrou o pescoço daquelas que reproduziam figuras de santos e a todas jogou no mar.

O corpo assassinado de Frei Caneca foi jogado e abandonado diante da porta principal da Basílica do Carmo. Abriu-a o padre prior, que arrastou sozinho o morto para dentro da igreja.

“A porta se fecha, e a noite prossegue, também pesadamente.”

3. COMENTÁRIO

O livro de João Cabral de Melo Neto é uma composição poético-dramática, ou seja, poemas integrantes de uma peça teatral que o autor chamou de auto, publicação de 1984.

Essa denominação aplicada à obra é uma adaptação da palavra em seu significado original. Auto era uma representação cênica em voga na Idade Média, vivenciada por personagens geralmente criados como alegorias religiosas, imagens do pecado, da virtude, do demônio, dos santos...

O autor construiu a trama centralizada no Frei Caneca, que surge como um santo levado ao martírio, em contraste com os personagens que o condenaram, personificações da maldade, da prepotência injusta.

O pernambucano histórico, conhecido como Frei Caneca – sobrenome que ele adotou por ser filho de um modesto tanoeiro assim apelidado –, passou a chamar-se Frei Joaquim do Amor Divino Rabelo e Caneca após tornar-se padre carmelita. Foi professor de Filosofia, Retórica e Geometria, com obras publicadas. No entanto, sua atuação mais empenhada se deu da seguinte forma: como propagador dos ideais republicanos, intensificada na Revolução de 1817, da qual se constituiu em um dos líderes; como defensor da democracia, numa série de artigos publicados na revista “Tifis Pernambucano”; como adepto da campanha contra D. Pedro I, desde a dissolução da Constituinte e a Constituição imposta em 1824. Quando a Confederação do Equador fracassou, Frei Caneca fugiu da prisão para continuar defendendo seus ideais patrióticos, mas acabou sendo encontrado no Ceará. Processado, condenaram-no à morte e o executaram em 1825.

O “Auto do frade” reproduz cenas das últimas horas de vida do Frei Caneca, a partir do momento em que saiu da cela do cárcere para o Forte onde estava instalada a forca. Os passos dessa trajetória se dividem em sete partes ou etapas, relacionadas com os locais onde se desenrolaram os episódios rememorados.

O próprio João Cabral escreveu: “Ninguém sabe muita coisa de Frei Caneca, mas é uma figura muito importante para os nordestinos. Deveria ser enforcado, mas não houve quem quisesse fazer isso. Nem mesmo os presos que teriam em troca a liberdade.”

Valendo-se dos dados históricos que obteve, o poeta os narrou de forma cênica, com precisão quase documental, através das falas de personagens. Não se trata, porém, de uma peça histórica. Ao detalhar os episódios finais da vida de um heróico religioso do século XIX, o autor redige de tal modo que não se prende totalmente aos fatos em si e deixa entrever a intenção de atualizar o tema do engajamento na luta pela liberdade. Frei Caneca é focalizado como o símbolo do nordestino desrespeitado, injustiçado, mas que reage e se sacrifica até a morte, inconformado com a repressão tirânica.

Como ocorre em suas produções de poeta participante, João Cabral mostra a característica de analisar fatos reais sem fazer discursos panfletários. Ele evita vãos imaginários, condoreiros e introduz na narrativa trechos curtos densamente críticos. Dois exemplos a seguir. Os religiosos de várias regiões não se empenharam no ideal de liberdade, conforme se depreende das falas do povo que estava na praça assistindo ao ritual da execução: “- Sempre foi gente turbulenta / os carmelitas desse Carmo. / - Bem mais que as casas de Olinda, Paraíba, Goiana, Cabo”. O anúncio do cumprimento da sentença, várias vezes proferido pelo meirinho, apresenta uma sutil e irônica expressão: “... sentença de morte *natural* na forca...” Subentende-se que se queria passar a idéia de que era natural a morte por enforcamento dos rebeldes.

O “Auto do frade” não faz exceção à linguagem habitual do poeta: nenhuma concessão ao patético (= insistente nos aspectos emocionais negativos) – ainda que o tema desenvolvido propiciasse extravasamento sentimental por sua tragicidade –; nenhuma palavra desperdiçada, desnecessária; raros termos eruditos...

A movimentação dos personagens em cena não vem indicada no texto, pois o poeta privilegia o conteúdo.

Os versos livres são concisos. Alguns se aproximam da prosa, forma na qual poucas passagens vêm redigidas. Entre estes últimos estão os trechos litúrgicos (= relativos ao cerimonial religioso) em latim, próprios do ritual destinado à excomunhão.